COMISSÃO DE ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS
PARECER Nº 024.2023

PROJETO DE LEI Nº 4.008/2023

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências.

A Comissão de Orçamento e Tomada de Contas, após análise do Projeto de Lei epigrafado, é de parecer que a proposta deve ser submetida à apreciação do Plenário.

Entretanto, conforme recomendações e sugestões desta Comissão apresentadas em 2022 durante a análise da Proposta do Plano Plurianual, reforçadas durante as discussões da proposta da LDO/2023 e LOA/2023, há indicativos de inobservância de determinados critérios que são necessários para uma avaliação objetiva do plano de investimentos e metas estabelecidas pela administração municipal, bem como equívocos na fixação das estimativas de receitas e despesas.

Para atingir o aperfeiçoamento do sistema orçamentário, além de cumprir a legislação, deve a administração pautar-se pela busca permanente do planejamento e apresentação de estimativas consistentes, propiciando, a cada exercício, a adequada avaliação dos resultados das políticas públicas. Isso só é possível com a fixação de metas reais e adoção de indicadores consistentes, o que permitirá o cumprimento dos projetos/atividades e o alcance do interesse público, com uso responsável e eficiente dos recursos públicos.

Por essa razão, a Comissão opina pela inclusão de emenda ao Projeto, determinando a revisão completa das metas fixadas no PPA e LDO, antes da remessa da proposta da Lei Orçamentária Anual de 2024, bem como dos indicadores, valores e parâmetros de avaliação. Anota-se que a revisão do PPA vem sendo exigida e cobrada desde 2022, cujo prazo para concretização tinha sido prorrogado até abril/2023 por esta Casa, sem, contudo, verificarmos qualquer movimento do Poder Executivo no sentido de proceder a revisão das normas orçamentárias.

É importante destacar que as exigências trazidas por esta Comissão não são inovações, tampouco estão desassociadas das regras já impostas pela Lei Federal nº 4.320/64, LRF (Lei Complementar nº 101/200) e pelas Normas Brasileiras Aplicáveis ao Setor Público.

Assim, propomos as seguintes emendas:

I – alteração da redação do art. 2º e seus parágrafos, nos seguintes termos:

Art. 2º Em consonância com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município, as ações relativas à manutenção e funcionamento dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2024 correspondem às ações especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, de acordo com os programas e ações estabelecidos no Plano Plurianual relativo ao período de 2022-2025, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2024 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, observadas as disposições dos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 1º Até a data de 30 (trinta) de setembro de 2023, o Poder Executivo enviará à Câmara projeto de lei de revisão do Plano Plurianual e das metas estabelecidas nesta Lei, fixando de forma clara e mensurável os objetivos, o público alvo, as metas, indicadores e diretrizes de cada programa e ação, atendidas as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, vedada a previsão de programa ou ação com valores irrisórios e com previsão de recursos insuficientes para o cumprimento da meta ou objetivo estabelecido, bem como a adoção de indicadores percentuais para metas que possam ser apuradas em quantidades determinadas.

§ 2º Para fins de atender o disposto no § 1º deste artigo e para consolidação dos dados, a Câmara Municipal e os órgãos da administração indireta deverão encaminhar ao Executivo a proposta revisada do plano plurianual e para o exercício de 2024, até a data limite de 30 (trinta) de agosto de 2023.

§ 3º O Projeto de Lei contendo a proposta orçamentária para o exercício de 2024 deverá ser elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput* e § 1º deste artigo.

§ 4º O não envio da proposta de revisão até a data fixada no § 1º deste artigo, ou a inobservância do prazo estabelecido no § 2º pelos demais órgãos e entidades, constituirá omissão funcional dos agentes públicos diretamente responsáveis, e implicará no não recebimento da proposta orçamentária pela Câmara até a adequação e regular apresentação das metas do PPA e da LDO, sem prejuízo de outras medidas e sanções estabelecidas na legislação vigente.

II – alteração do inciso VI do art. 6º, e inclusão dos incisos VI a IX no parágrafo único do mesmo artigo, nos seguintes termos:

Art. 6º.....

VI – identificação das ações ou subações, projetos ou subprojetos, atividades ou subatividades e valores das dotações decorrentes de emendas impositivas de parlamentares e/ou bancadas, de execução orçamentária e financeira obrigatórias, cujo montante não poderá ser superior a 0,8% (oito décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.

Parágrafo único.....

VI – quadro comparativo demonstrando o valor realizado até 31 (trinta e um) de agosto de 2023, o valor projetado até o final do exercício e a estimativa estabelecida para o exercício de 2024:

- a) da receita, no mínimo ao nível de espécie (3º dígito);
- b) da despesa, de cada projeto/atividade, no mínimo ao nível do grupo de natureza de despesa, considerando como realizada a despesa liquidada;
- c) da despesa com saúde, no mínimo ao nível do grupo de natureza de despesa e separado por fonte de recursos;

d) da despesa com educação, no mínimo ao nível do grupo de natureza de despesa e separado por fonte de recursos.

III – alteração do art. 7º, nos seguintes termos:

Art. 7º A estimativa da receita e a fixação da despesa constantes do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2024 serão elaboradas com base em estimativas de crescimento, em parâmetros estatísticos e avaliações do histórico de pelo menos os últimos 3 (três) anos, além das metas de inflação e previsões de crescimento do PIB, devendo a memória de cálculo ser apresentada conjuntamente com a proposta orçamentária.

IV – inclusão de §§ 1º e 2º no art. 20, que trata das regras de limitação de horas-extras, nos seguintes termos:

Art. 20.....

.....

Parágrafo único. Se o valor do dispêndio no exercício com horas extras ultrapassar o limite de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), a Secretaria Municipal de Recursos Humanos, a contar da competência de extrapolação do limite, deverá:

I – no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, proceder o levantamento das despesas com serviços extraordinários realizadas em todas as secretarias, apurando, de acordo com cada cargo/função, o número de horas extraordinárias laboradas em cada mês e o custo efetivo e projetado para o exercício, levando em consideração inclusive os reflexos em outros benefícios e vantagens pecuniárias;

II – no prazo máximo de 90 (noventa) dias:

a) apresentar ao Chefe do Poder Executivo e encaminhar cópia ao órgão central de controle interno e à Câmara Municipal, estudos de avaliação quanto a viabilidade de alteração do quadro de dimensionamento das secretarias, demonstrando análises comparativas entre os custos de contratação de novos servidores e manutenção dos serviços extraordinários;

b) avaliar junto a cada secretaria as circunstâncias que geram a necessidade de ampliação de jornada de servidores e realização de serviços em horário extraordinário, propondo medidas administrativas de ajustes de horários, jornadas e redimensionamento das estruturas administrativas, inclusive de remanejamento de pessoal, de forma a atender as demandas;

III – adoção de plano de avaliação periódico, no mínimo quadrimestral, das medidas implementadas e os reflexos nos custos com serviços extraordinários, com remessa do relatório à Câmara Municipal.

§ 2º Excluem do limite estabelecido no caput do § 1º deste artigo, as despesas com serviços extraordinários relacionados a atendimento de situações de urgência e emergência, decorrentes de calamidade pública ou fato excepcional, declarado em Decreto do Poder Executivo e reconhecido pelos órgãos federais e/ou estaduais competentes.

V – alteração da redação do caput art. 41, nos seguintes termos:

Art. 41. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do art. 2º desta Lei, a Lei Orçamentária de 2024 e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Federal Complementar nº 101/2000 e art. 4º, § 4º da Lei Municipal nº 4.532/2021 (PPA 2022-2025), somente incluirão projetos novos se:

Sala das Comissões, 21 de junho de 2023.

José Roberto Lourenço Júnior

Sérgio Antônio de Moura

André Pessata Nascimento